



São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014

**Novas Perspectivas
na Pesquisa Contábil**

Adoção das IFRS e a Qualidade da Contabilidade: uma análise

ANA MARIA DA PAIXÃO DUARTE
Universidade Estadual da Paraíba

IRINA SAUR AMARAL
Nenhuma Filiação

GRAÇA MARIA DO CARMO AZEVEDO
Universidade de Aveiro (Portugal)

Adoção das IFRS e a Qualidade da Contabilidade: uma análise

RESUMO

A literatura sobre a adoção das IFRS pelos países no que diz respeito à qualidade elevada, compreensível e aplicável das IFRS para serem aceites globalmente tem gerado uma discussão pertinente à medida que os resultados apresentados na literatura não são unânimes sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade. Soderstrom e Sun (2007) analisaram as pesquisas publicadas nos principais periódicos de contabilidade selecionados a partir da década de 1990 sobre as consequências da adoção das IFRS e encontraram que os determinantes da qualidade da contabilidade, após a adoção destas normas, são articulados em: qualidade das normas; sistema político e legal do país; e incentivos das informações financeiras. Com fundamento nos estudos de Soderstrom e Sun (2007), este ensaio objetiva uma análise na literatura sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade a partir do ano de 2006, concentrada na base de dados “*Web of Science*”, visando compreender como prossegue a discussão acerca da adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade na literatura. Como resultado, verificou-se que a adoção das IFRS vinculadas aos fatores normas de contabilidade, sistemas político e legal dos países e os incentivos das informações financeiras discutidos por Soderstrom e Sun (2007) para determinar a qualidade da contabilidade mantém-se persistente. No geral, esta análise conclui que a qualidade da contabilidade não pode ser avaliada apenas em função da adoção das IFRS, quer seja na forma voluntária, quer seja na forma obrigatória. Os resultados deste estudo apresentam pelo menos duas limitações: os trabalhos pesquisados sobre adoção das IFRS, apesar de abordar as questões institucionais, não fazem jus à complexidade da realidade, por reduzir a qualidade do contexto social à qualidade da racionalidade econômica; e a pretensa qualidade das normas com base em princípios não é o suficiente para determinar a qualidade da contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A literatura sobre a adoção das IFRS, pelos países, tem se expandido na academia. Uma discussão interessante com relação a essa adoção (mudança parcial ou total do padrão de contabilidade nacional para o padrão internacional) é aquela que diz respeito à qualidade elevada, compreensível e aplicável das IFRS para serem aceites globalmente, conforme proposta do *International Accounting Standards Board* (IASB) (Ball, 2006; IASB, 2005). Essa discussão se torna ainda mais pertinente à medida que os resultados apresentados na literatura não são unânimes sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade. A exemplo da investigação de Jeanjean e Stolowy (2008, p. 480) que, analisando o efeito da introdução obrigatória das normas IFRS na qualidade dos ganhos, mais precisamente sobre o gerenciamento desses ganhos, mostra que o perfilhamento das regras não é uma condição suficiente para criar uma linguagem comum dos negócios. Jeanjean e Stolowy (2008) ressaltam

ainda que os incentivos para a gestão e os fatores institucionais nacionais desempenham um papel importante formando as características dos relatórios financeiros. Por outro lado, a investigação de Chen, Tang, Jiang e Lin (2010) mostra que a qualidade da contabilidade melhorada é atribuível às IFRS ao invés da mudança nos incentivos da gestão, das características institucionais do mercado de capital e do ambiente dos negócios em geral. Foi nesse contexto que Soderstrom e Sun (2007, p. 695) analisaram as pesquisas realizadas sobre as consequências das mudanças das normas de contabilidade (adoção das IFRS) e encontraram que os determinantes da qualidade da contabilidade, após a adoção destas normas, são articulados em três fatores: (1) a qualidade das normas; (2) o sistema político e legal do país; e (3) os incentivos das informações financeiras. Para isso, os autores adotaram uma abordagem histórica e focaram na literatura contábil publicada nos principais periódicos de contabilidade selecionados a partir da década de 1990. Com fundamento nos estudos de Soderstrom e Sun (2007), este ensaio objetiva uma análise na literatura sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade a partir do ano de 2006, concentrada na base de dados “*Web of Science*”, visando compreender como prossegue a discussão acerca da adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade na literatura. Nosso pressuposto é de que a relação entre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade não se limita à perspectiva das consequências econômicas, conforme afirmam Chen *et al* (2010). O sistema de contabilidade de cada país é um produto de sua cultura, história econômica e política incorporado em suas próprias crenças, influenciado pela forma como cada país interpreta e adota estas IFRS (Chand & Patel, 2008; Guerreiro, Rodrigues, & Craig, 2011). A justificativa para esse estudo se apresenta de várias formas: na primeira forma, a pesquisa estende os estudos de Soderstrom e Sun (2007) com uma análise dos artigos publicados a partir de 2006, concentrados na base de dados “*Web of Science*”. Na segunda forma, o presente ensaio apresenta inovação quando comparado com os estudos de Soderstrom e Sun (2007), integrando uma análise bibliométrica, do período 2007 a 2013. A terceira forma de contribuição diz respeito à continuidade deste ensaio. Este ensaio apresenta uma análise da literatura que será utilizada em ensaios seguintes, relativamente às interações entre as organizações, os ambientes culturais, políticos e sociais em que a adoção das IFRS ocorre. Neste caso particular, será o Brasil, através de uma perspectiva sistêmica, utilizando o modelo de recursividade proposto por Dillard, Rigsby, e Goodman (2004) e já aplicado à realidade social em Portugal por Guerreiro *et al.* (2011). Conforme já citado anteriormente, este ensaio se concentrou em uma pesquisa sistemática da literatura, na base de dados da “*Web of Science*”, conduzida pelos tópicos “*adoption of IFRS*” e “*accounting of quality*”, delimitada ao período de 2007 a 2013. Como resultado, no geral, esta análise conclui que a qualidade da contabilidade não pode ser avaliada apenas em função da adoção das IFRS, quer seja na forma voluntária, quer seja na forma obrigatória. Mais recentemente, Ahmed, Neel e Wang (2013) também encontraram que a qualidade da contabilidade declinou após a adoção obrigatória das IFRS, ao contrário do que os estudos anteriores revelam, evidenciando um aumento na qualidade da contabilidade após a adoção das IFRS.

Ao final, este trabalho ficou organizado do seguinte modo: na seção 2 está disposta a revisão da literatura, compreendendo a fundamentação da adoção das IFRS e os determinantes da qualidade da contabilidade delineados por Soderstrom e Sun (2007) e utilizados para guiar esta análise; na seção 3 está desenvolvida a metodologia, na seção 4 está apresentada a análise dos resultados e, finalmente, na seção 5 estão apresentadas as discussões e conclusões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Fundamentos da adoção das IFRS

As *International Financial Reporting Standards* (IFRS), sucessoras das *International Accounting Standards* (IAS), foram inicialmente desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980 (Soderstrom e Sun, 2007), mais especificamente após a “fundação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), constituído pelos organismos de contabilidade da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e os Estados Unidos” (Aljifri & Khasharmeh, 2006, p. 506), para emitir normas de contabilidade que pudessem ser aceites globalmente. Desde então, as IFRS (sucessoras das IAS) são aplicadas como normas que:

Refletem substância econômica mais do que forma legal; refletem ganhos e perdas econômicas em um tempo mais oportuno (em alguns aspectos, ainda mais do que os *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) dos Estados Unidos (EUA); tornam os ganhos mais informativos; fornecem mais balanços úteis; e reduzem a descrição histórica da Europa Continental, fornecendo aos administradores condições para manipular provisões, criar reservas ocultas, ganhos ‘smooth’ e ocultar perdas econômicas da visão pública” (Ball, 2006, p. 9).

Além dessas aplicações, a adoção das IFRS também vem se revelando como normas que promovem menos custos no processamento das informações (Beneish & Yohn, 2008), entre outros efeitos resultantes das operações financeiras e comerciais realizadas por meio destas normas no mercado globalizado.

Na década de 1990, antes mesmo das IFRS tornarem-se obrigatórias, os acadêmicos já discutiam as características específicas das empresas que adotavam voluntariamente as IFRS (Gassen & Sellhorn, 2006). A partir da década de 2000, coincidindo com a reestruturação do *International Accounting Standards Board* (IASB), o sucessor do IASC, seguida da decisão da *European Union* (EU) para as companhias registradas nas bolsas de valores dos Estados membros da Europa aplicarem as IFRS na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a partir de 01 de janeiro de 2005 (Armstrong, Barth, Jagolinzer, & Riedl, 2010; Chen *et al.*, 2010), as IFRS tem sido adotadas por mais de 100 países e regiões (Zhang, Uchida & Bu, 2013). Assim, as IFRS emergiram no ambiente regulatório dos organismos de contabilidade internacional (IASC, mais recentemente o IASB) para harmonizar internacionalmente a informação contábil financeira a fim de atender as necessidades e os interesses do sistema econômico no âmbito do mercado global (Ball, 2006). Neste sentido, a literatura relacionada com a adoção das IFRS, envolve tanto a adoção voluntária como a adoção obrigatória. Ambas as adoções inevitavelmente vinculadas com o aumento da integração do mercado mundial, conseqüentemente impulsionadas pela redução nas comunicações e nos custos de processamento das informações (Ball, 2006). Por sua vez, as relações dos custos e dos benefícios da adoção das IFRS são as questões mais emblemáticas para legitimar a qualidade da contabilidade. Neste sentido, os estudos de Soderstrom e Sun (2007) vão além e revelam que a convergência para as IFRS (adoção das IFRS) é apenas um dos determinantes da qualidade da contabilidade. No estudo destes autores, a qualidade da contabilidade perpassa pela escolha da norma de contabilidade, pelos sistemas político e legal dos países e pelos incentivos das informações financeiras de cada país, conforme mostra a Figura 1, a seguir apresentada:

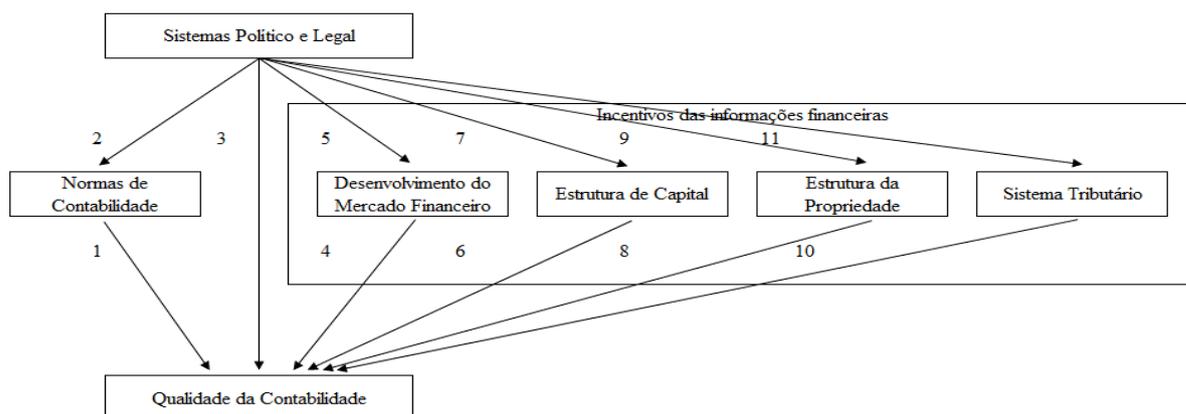


Figura 1- Determinantes da qualidade da contabilidade
 Fonte: Adaptada de Soderstrom e Sun (2007, p. 688).

Como se observa na Figura 1, por um lado, a qualidade da contabilidade é influenciada diretamente pelas (i) normas de contabilidade, (ii) pelos sistemas político e legal dos países e (iii) pelos incentivos das informações financeiras. Mas por outro lado, os sistemas político e legal se apresentam numa posição diferenciada, eles também influenciam indiretamente a qualidade da contabilidade tanto através das próprias normas de contabilidade como através dos incentivos das informações financeiras, tais como: desenvolvimento do mercado financeiro, estrutura de capital, propriedade e sistema tributário (Soderstrom & Sun, 2007). Neste sentido, este ensaio conduzirá a sessão seguinte com a análise das publicações sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade, com base no esquema desenvolvido por Soderstrom e Sun (2007), a partir do ano de 2006, período posterior a sua publicação.

2.2 Determinantes da qualidade da contabilidade

2.2.1 As normas de contabilidade

O primeiro fator que Soderstrom e Sun (2007, p. 688) identificam como determinante da qualidade da contabilidade é a escolha da norma de contabilidade (ver seta 1 na Figura1). Justificando essa determinação, os autores dizem que: se o IASB continua a melhorar a qualidade das IFRS, espera-se que as informações financeiras preparadas pelas IFRS tornem-se cada vez mais confiáveis e de relevante valor”. Em um estudo mais recente, diferentemente dos estudos de Soderstrom e Sun (2007), Chen *et al.* (2010) mostram que a qualidade da contabilidade é atribuída às IFRS (normas de contabilidade). Neste estudo, os autores utilizaram indicadores, como a gestão dos ganhos, a magnitude dos acréscimos discricionários absolutos e a qualidade dos acréscimos, com a *proxies* para a qualidade da contabilidade e encontraram que a maioria dos indicadores melhorou a qualidade da contabilidade após a adoção das IFRS na EU.

Mais recentemente, ainda, são os estudos de Gebhardt e Novotny-Farkas (2011) relativamente sobre as normas de contabilidade. Neste estudo, os autores analisam as implicações da adoção das IFRS obrigatórias sobre a qualidade da contabilidade dos bancos, em doze países da EU, e encontram que a restrição para reconhecer apenas as perdas incorridas no âmbito da IAS 39ⁱ reduz significativamente a flexibilização da receita. Porém, este efeito é menos pronunciado nos países com a supervisão bancária mais rigorosa, com as propriedades dos bancos dispersas e com os bancos da EU listados nos EUA. Fatores estes que fornecem

evidências sobre as questões institucionais na formação dos resultados dos relatórios financeiros.

Em adição, Aubert e Grudnitski (2011) analisam em dois estágios, o impacto e a importância da adoção obrigatória das IFRS nas empresas da EU (20 indústrias em 13 países da Europa). O primeiro estágio foi concretizado pela identificação das diferenças significativas do retorno dos ativos (ROA) computados sobre normas IFRS e normas locais (LG) pelas empresas (indústrias). O segundo estágio foi definido nos termos do mercado e da qualidade da informação financeira. Como resultado final, os autores apontam que ao comparar as diferentes informações da contabilidade construídas sob IFRS e LG, algumas diferenças podem ser encontradas. No entanto, a qualidade dos acréscimos discricionários mostrou-se significativamente maior sob IFRS do que sob LG apenas para as empresas na Finlândia, Grécia e Suécia. Já os estudos de Chan, Hsu, e Lee (2013) demonstram que as IFRS melhoram a transparência e a credibilidade das empresas estrangeiras listadas nos EUA, reduzem os custos de informação e os riscos para os investidores norte-americanos. As evidências sugerem que a adoção das IFRS em seu país de origem beneficiam as empresas que já estão listadas ou estão procurando se listar nos EUA.

Enquanto isso, Pope e McLeay (2011) fornecem uma perspectiva acadêmica sobre o desenvolvimento do projeto de harmonização da EU com base em IFRS, sobre os custos e os benefícios da adoção das IFRS na Europa e sobre os desafios de pesquisa que possam surgir. Os autores sustentam que as consequências da adoção das IFRS e da qualidade da execução das IFRS estão longe de ser uniforme em toda a Europa e dependem de fatores que refletem os incentivos dos preparadores e a eficácia do cumprimento local.

Embora o universo das publicações encontradas para esta pesquisa seja relativamente pequeno (ver análise dos resultados), é no mínimo suficiente para observar que a relação entre a adoção das IFRS e qualidade da contabilidade não pode ser estudada fora do ambiente onde as empresas operam (Miller, 1994), ou seja, no ambiente onde as empresas desenvolvem as atividades econômicas. Assim como, o ambiente onde as empresas desenvolvem as atividades econômicas não pode ser independente do ambiente normativo, dos valores, da coletividade e dos papéis que compõem a estrutura da sociedade (Parsons, 1974). Aliás, “não há nenhuma sociedade (nem pode haver nenhuma sociedade) na qual as relações econômicas não estejam subordinadas às regras consuetudinárias e legais” (Giddens, 2011, p. 113). Essa realidade pode ser observada nos estudos de Francis, Khurana, Martin, e Pereira (2008) que investigaram a adoção das IAS voluntárias e explicam que os fatores das firmas dominam os fatores dos países nos países mais desenvolvidos, enquanto nos países menos desenvolvidos, os fatores dos países dominam os fatores das empresas. Neste sentido, este estudo prossegue com a análise sobre a influência dos sistemas político e legal dos países na qualidade da contabilidade, de acordo com o esquema predefinido por Soderstrom e Sun (2007).

2.2.2 Os sistemas político e legal do país

O segundo fator que Soderstrom e Sun (2007) identificam como determinante da qualidade da contabilidade são os sistemas político e legal dos países. Os sistemas político e legal dos países influenciam indiretamente e diretamente a qualidade da contabilidade. Quando Soderstrom e Sun (2007) tratam da influência indireta dos sistemas político e legal dos países na qualidade da contabilidade (ver seta 2 na Figura 1), eles dizem que a própria definição das normas de contabilidade é um processo político, na qual os usuários da contabilidade tal como autoridades tributárias, bancos, *shareholders*, gestores e sindicatos dos trabalhadores influenciam significativamente.

Essa realidade também pode ser percebida na investigação de Brown e Tarca (2007) que fornece uma revisão das atividades de dois tipos muito diferentes de conselho de cumprimento independentes, o *Financial Reporting Review Panel* (FRRP) do Reino Unido e a *Australian Securities Investments Commission* (ASIC). Nesta revisão Brown e Tarca (2007) apresentam material sobre as atividades destes organismos de contabilidade, durante o período de 1998-2004, e mostram que ambos os tipos de organismos alcançam um importante papel no cumprimento das IFRS, muito embora sejam sujeitos as forças políticas.

Beneish e Yohn (2008) ao avaliarem se a adoção das IFRS globais reduz os custos de processamento da informação ou diminui a incerteza do investidor sobre a qualidade da informação financeira ou sobre a distribuição dos fluxos de caixas futuros, eles encontram que os determinantes nacionais, tal como os mecanismos de proteção ao investidor, as tendências nacionais de capital familiar, são mais fortes do que a adoção das IFRS. Nesse estudo, os autores concluem que a adoção global é improvável de afetar as tendências locais. Neste sentido, os estudos de Khurana e Michas (2011) encontram que a tendência local dos investidores americanos não só diminui com relação aos países que adotam as IFRS obrigatórias como também a redução das tendências locais dos investidores americanos é maior após a adoção obrigatória das IFRS, com relação aos países com diferenças maiores entre IFRS e normas de contabilidade nacional, também com relação aos países com regras de lei forte e sistema legal “*common law*” e com relação aos países com maior incentivo para divulgar informação financeira de qualidade alta. No geral, os resultados indicam que um conjunto comum de normas contábeis globais melhora a carteira de participações dos investidores norte-americanos e que os investidores norte-americanos consideram a aplicação das normas um fator-chave para a realização dos investimentos fora dos EUA.

Consistente com os resultados de Khurana e Michas (2011), vimos também os resultados da investigação de Barth, Landsman, Lang, e Williams (2012). Nesta investigação Barth *et al.* (2012) analisam se a adoção das IFRS pelas empresas não-americanas resulta em comparabilidade da contabilidade com aquelas empresas norte-americanas aplicando GAAP dos EUA. Os autores encontram que a comparabilidade é maior para as empresas que adotam obrigatoriamente as IFRS, em países de cumprimento alto e de direito comum (*common law*), nos anos mais recentes. Para Barth *et al.* (2012), embora a aplicação das IFRS tenha aumentado a comparabilidade da informação financeira com as empresas norte-americanas, diferenças significativas permanecem.

Via de regra, os sistemas político e legal tanto afetam indiretamente a qualidade da contabilidade como, conseqüentemente, afetam diretamente a qualidade da contabilidade, conforme anteriormente citado. Foi nesse sentido que Soderstrom e Sun (2007) desenvolveu este fator nos seus estudos. Quando Soderstrom e Sun (2007) se reportaram ao sistema legal, eles se referiram aos sistemas legais mais tradicionais, quais sejam: o direito romano (*code law*) e o direito consuetudinário (*common law*). O direito romano (*code law*) foi desenvolvido para permitir ao governo controlar a definição e a interpretação das leis (Soderstrom & Sun, 2007). Enquanto que o direito consuetudinário (*common law*) foi desenvolvido com fundamento nos costumes e tradições (Lopes, 2009). Como se observa, as principais diferenças destes sistemas legais estão centradas na origem e na força das leis. Essa realidade é apresentada com frequência na literatura que deu suporte a esta análise. Neste sentido, esta questão da influência dos sistemas legal e político será novamente abordada na seção discussão e conclusão, visto que essa seção retoma a análise sobre a influência direta dos sistemas político e legal na qualidade da contabilidade.

Soderstrom e Sun (2007) tratam da influência direta dos sistemas político e legal (ver seta 3 na Figura 1) na qualidade da contabilidade se reportando à aplicação das normas de contabilidade, aos gestores e auditores contra litígios. O papel de aplicação do sistema legal é

muito importante na determinação da qualidade da contabilidade, em especial, após a adoção das IFRS (Soderstrom & Sun, 2007). Esta afirmação também é reforçada nos estudos de Cohen, Krishnamoorthy, Peytcheva, e Wright (2013). Estes autores encontram que os auditores são mais propensos a restringir informações agressivas sob normas contábeis baseadas em princípios (IFRS) do que sobre normas contábeis baseadas em regras, tanto em regime regulatório forte como fraco. Segundo Soderstrom e Sun (2007) o sistema legal é muito importante na determinação da qualidade da contabilidade, principalmente nas situações que não estão previstas nas IFRS e necessitam de uma interpretação dos princípios. O sistema político também afeta diretamente a qualidade da contabilidade (Soderstrom & Sun, 2007). De acordo com Armstrong *et al.* (2010) a adoção das IFRS Europeia representou um marco importante para a convergência dos relatórios financeiros e ainda estimulou controvérsia atingindo os níveis mais altos de governo.

2.2.3 Os incentivos das informações financeiras

O terceiro fator que Soderstrom e Sun (2007) identificam como determinantes da qualidade da contabilidade são os incentivos das informações financeiras. Essa realidade é analisada em vários estudos e de diferentes formas. Na análise formulada por Soderstrom e Sun (2007) os incentivos das informações financeiras são constituídos pelo desenvolvimento do mercado financeiro, pela estrutura de capital, pela estrutura de propriedade e pelo sistema tributário.

O primeiro incentivo da informação financeira que provavelmente afeta a qualidade da contabilidade é o desenvolvimento do mercado financeiro (ver seta 4 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). A necessidade das informações financeiras pelos investidores faz com que os países anunciem planos para adotar as IFRS, ao invés das normas que tinham anteriormente (Brown, 2011). De acordo com os estudos de Brown (2011), parece relativamente claro que a mudança para as IFRS teve muitas consequências tanto na avaliação das ações como, mais geralmente, nos mercados de capitais. Neste sentido, Daske, Hail, Leuz, e Verdi (2008), analisando as consequências econômicas das informações IFRS em torno do mundo, encontram que em média a liquidez do mercado aumenta em todo o período de introdução das IFRS e ressaltam a importância fundamental dos incentivos das informações das empresas e do regime de cumprimento dos países para o alcance da qualidade da informação financeira.

Neste contexto é importante observar que quando Soderstrom e Sun (2007) discutem esse fator (incentivos das informações financeiras), eles apresentam que os incentivos das informações tanto são fins em si mesmo para afetar diretamente a qualidade da contabilidade, como são meios utilizados pelos sistemas político e legal para afetar indiretamente a qualidade da contabilidade. Na realidade, todos os quatro tipos de incentivos classificados no esquema desenvolvido por Soderstrom e Sun (2007) tanto são afetados pelos sistemas político e legal para determinar a qualidade da contabilidade, como eles próprios afetam a qualidade da contabilidade. Ou seja, por um lado, a adoção das IFRS obrigatória melhora a comparabilidade das informações financeiras através dos países. Mas, por outro lado, a melhoria da comparabilidade das informações financeiras entre os países é resultante do ambiente institucional das empresas (incentivos das informações financeiras) (Yip & Young, 2012).

Com o entendimento de que há necessidade de informações harmônicas pelos participantes do mercado, Jiao, Koning, Mertens, e Roosenboom (2012) encontram que a adoção das IFRS melhorou a qualidade dos relatórios financeiros e, mais especificamente, a qualidade dos ganhos. Nesse estudo, os autores contribuem para a literatura com a compreensão do efeito do uso de uma linguagem da contabilidade de qualidade alta e uniforme na utilidade da informação financeira pelos participantes do mercado financeiro. Com esta visão, Bissessur

e Hodgson (2012) analisam a sincronicidade do mercado de ação, após a adoção obrigatória, em 2005, das IFRS, e encontram que há uma diminuição geral na sincronicidade nos dois primeiros anos pós-IFRS na Austrália, seguindo por uma reversão para um nível significativamente mais elevado nos anos posteriores. Ressalte-se que para este estudo, quanto mais a sincronicidade diminuir, mais aumenta a confiança na informação financeira, mais aumenta a transparência ou mesmo evidencia um grau maior de comparabilidade. Zhang *et al.* (2013) têm a mesma percepção com relação às IFRS. Estes autores dizem que as normas de contabilidade são os fatores mais importantes associados com o nível de gerenciamento dos ganhos. Neste caso particular são os incentivos dos informantes que afetam o gerenciamento dos resultados devido a um conjunto específico de normas contábeis.

Chalmers, Clinch, e Godfrey (2011) através de uma investigação realizada sobre a adoção das IFRS e a relevância de valor das informações financeiras para as empresas listadas na Bolsa de Valor da Austrália, sugerem que mesmo para um país classificado com forte sistema de proteção dos investidores e cumprimento das informações financeiras de alta qualidade, a adoção das IFRS afeta a relação entre a informação da contabilidade e o valor de mercado.

Essa discussão sobre o desenvolvimento do mercado financeiro como incentivo para determinar a qualidade da contabilidade também é conduzida indiretamente pelos sistemas político e legal (ver seta 5 na Figura 1). Os estudos de Peng e Bewley (2010) avaliam a viabilidade e a conveniência de uma grande economia emergente adotar e implementar a contabilidade de valor justo (FVA), como codificada nas IFRS para os instrumentos financeiros no ambiente da China. Como resultado, estes autores encontram que os benefícios desejados pelos reguladores chineses para adotar a FVA e convergir as IFRS poderá não ser realizado devido às características fundamentais do ambiente chinês.

O segundo incentivo da informação financeira que afeta a qualidade da contabilidade é a estrutura de capital (ver seta 6 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). As empresas com necessidades financeiras diferentes têm incentivos diferentes para as informações financeiras (Soderstrom & Sun, 2007). Neste sentido, a adoção das IFRS consiste numa decisão que visa reduzir a assimetria da informação pelas empresas privadas adotantes e facilitar a contratação com as partes externas (Francis *et al.*, 2008).

Relativamente à adoção das IFRS, Sun, Cahan, e Emanuel (2011) analisaram o seu impacto na qualidade dos ganhos das empresas americanas. Para isso, os autores selecionaram as empresas estrangeiras, listadas nos EUA, dos países que já adotavam as IFRS obrigatórias como substitutas das empresas americanas, com a finalidade de observar o efeito da adoção das IFRS nos EUA, e aplicaram cinco medidas da qualidade dos ganhos. Como resultado, estes autores encontram pequenas diferenças significativas indicando melhoria na qualidade dos ganhos pelas empresas listadas nos EUA com relação às empresas americanas. Os autores ainda dizem que estes resultados são surpreendentes, visto que os GAAP dos EUA são percebidos como normas de qualidade alta. Diferentemente de Sun *et al.* (2011), a investigação de Kabir, Laswad, e Islam (2010) analisando o impacto da adoção das IFRS nas contas e na qualidade dos ganhos das empresas da Nova Zelândia, com base nos dados dos anos de 2002-2009, encontram que os acréscimos discricionários absolutos são significativamente maiores sobre IFRS do que sobre os GAAP da Nova Zelândia pré-IFRS.

A estrutura de capital também é influenciada indiretamente pelos sistemas político e legal para afetar a qualidade da contabilidade (ver seta 7 na Figura 1). Soderstrom e Sun (2007) dizem que nos países com alta proteção dos credores, as empresas são mais capazes facilmente de obter financiamento bancário em um baixo custo. Nos países com a possibilidade alta de corrupção e a desapropriação do governo, a contratação, entre as partes é, na maioria das vezes, completada privativamente para evitar o exame minucioso político e social. Nesses países a informação financeira é um método utilizado com menos frequência para reduzir a assimetria

da informação. Por outro lado, nos países com alta proteção dos investidores, as empresas são mais capazes de utilizar a informação financeira para obter capital. Pelos menos, é o que apontam os estudos de Florou e Pope (2012).

Florou e Pope (2012) analisaram se a introdução obrigatória das IFRS leva a um aumento na demanda dos investidores institucionais por capital. Estes autores, usando um grande banco de dados dos proprietários cobrindo todos os tipos de investidores institucionais de todo o mundo, descobrem que as participações institucionais aumentam para os adotadores das IFRS obrigatórias. Adicionalmente, Florou e Pope (2012) mostram que os aumentos nas participações institucionais estão concentrados nos países em que o cumprimento e os incentivos das informações são mais fortes e onde as diferenças entre os GAAP local e as IFRS são relativamente elevadas.

O terceiro incentivo da informação financeira que afeta a qualidade da contabilidade é a estrutura de propriedade (ver seta 8 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). As empresas com as propriedades concentradas e as divergências altas entre o direito de fluxo de caixa e o direito do controle tem menos incentivos para as informações financeiras (Soderstrom & Sun, 2007).

Hamberg, Mavruk, e Sjogren (2013) estudam como a propriedade estrangeira das empresas suecas são afetadas pela adoção obrigatória das IFRS. Neste sentido, os autores decompõem o grupo de investidores estrangeiros, para a análise, em investidores institucionais e não institucionais. Os investidores estrangeiros são, além disso, decompostos em investidores estabelecidos na Europa e não estabelecidos na Europa. Como resultado, Hamberg *et al.* (2013) encontram que após a adoção obrigatória das IFRS, os proprietários estrangeiros dos países que adotaram as IFRS e, particularmente aqueles dos países da EU, aumentaram os seus investimentos. Adicionalmente, os autores sugerem que o aumento das participações estrangeiras é devido às habilidades melhoradas para as empresas compararem ao invés da qualidade melhorada.

Khurana e Michas (2011) analisam se a adoção das IFRS obrigatórias a nível do país reduz a propensão dos investidores norte-americanos para as ações domésticas preponderantes em suas carteiras de ações comuns (geralmente referidas como tendências nacionais) e encontram que, em média, a tendência local dos EUA diminui para os países que adotam as IFRS obrigatórias, denotando a influência da adoção das IFRS para dispensar a concentração da propriedade e consequentemente influenciar na qualidade da contabilidade.

Da mesma forma são discutidos que os sistemas legais podem afetar a qualidade dos ganhos indiretamente através das estruturas de propriedade (ver seta 9 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). Estes autores dizem que a medida que os países têm uma proteção para investidor mais forte, a tendência é uma concentração de propriedade maior. Contrariando os estudos de Soderstrom e Sun (2007), Hamberg *et al.* (2013) encontram que a propriedade estrangeira da EU aumentou nas empresas suecas tanto nas propriedades concentradas como nas propriedades dispersas após a adoção das IFRS. Mas o resultado desse aumento é devido a melhor habilidade que as empresas tem de comparar as informações sob normas IFRS, uma vez que a Suécia já tinha cumprimento legal forte e nível baixo de gestão dos ganhos antes da adoção das IFRS.

O quarto incentivo da informação financeira que afeta a qualidade da contabilidade é o sistema tributário (ver seta 10 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). Por último, no quarto incentivo da informação financeira, Soderstrom e Sun (2007) apresentam três formas como o sistema tributário pode afetar a qualidade da contabilidade. A primeira forma é quando existe um vínculo muito forte entre a receita contábil e a receita tributável e os ganhos são menos prováveis para refletir os negócios subjacentes. Adicionalmente, Morais e Curto (2009) encontram que nos países onde a fiscalidade e a contabilidade são claramente separadas, as informações da contabilidade são mais relevantes. A segunda forma, o índice tributário alto aumenta o incentivo para reduzir a receita tributável. A terceira forma, as autoridades tributárias

dos países têm poder autoritário de verificar o lucro das companhias. Complementando esse quarto incentivo da informação financeira, assim como foi mostrado nas outras abordagens, o sistema político e legal também afeta a qualidade da contabilidade através do sistema tributário (ver seta 11 na Figura 1). Soderstrom e Sun (2007) relatam que ao contrário do papel da informação financeira nos países *code law* como uma medida de pagamento dos tributos para o governo, as informações financeiras nos países *common law* reduzem a assimetria das informações das empresas.

3 METODOLOGIA

Para este ensaio, inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lakatos e Marconi (2009), abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito. Com base nessa pesquisa bibliográfica foi levantado o artigo publicado por Soderstrom e Sun (2007), que tem como título “*IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review*”. Em seguida, a partir deste documento foi realizada uma pesquisa sistemática da literatura, utilizando os termos “*IFRS Adoption*” e “*Accounting Quality*”, ambos termos nos campos tópicos, com o tempo estipulado para o período de 2007 até 2013, restritas as citações “*Social Sciences Citation Index*” (SSCI), na base de dados multidisciplinar “*Web of Science*”ⁱⁱⁱ. Após esta pesquisa, o resultado encontrado foi de 59 publicações que foram selecionadas de acordo com os seguintes parâmetros: seleção das categorias do *Web of Science* relacionadas com o tema, seleção do tipo de documento, seleção da área de pesquisa, seleção do idioma, e ao final esta seleção resultou em 49 publicações que serviram para a análise da literatura e a análise bibliométrica, com base no modelo de Soderstrom e Sun (2007), a partir do ano de 2006, relacionadas ao tema, “A adoção das IFRS e a Qualidade da Contabilidade”, objeto deste estudo. De acordo com Saur-Amaral (2010); (Saur-Amaral, 2011), o processo de revisão de literatura de uma forma metodológica garante a qualidade do modelo conceitual e permite que os pesquisadores efetivamente mapeiem o campo de estudo e vinculem suas pesquisas para as escolas de pensamento relevantes.

Após estes procedimentos, para a análise bibliométrica foi considerado um universo formado de 49 publicações que se teve acesso ao seu conteúdo. Em seguida foi desenvolvido um banco de dados, contendo as seguintes variáveis: i) autores das publicações; ii) ano da publicação; iii) tipos de documento, onde para esse estudo foi selecionado apenas artigos; iv) área de pesquisa, também selecionada para esse estudo apenas os negócios econômicos; v) idiomas, da mesma forma, selecionados apenas os artigos em inglês; vi) jornal de publicação; vii) países que publicaram os artigos; viii) objetivos e conclusões dos artigos, objetivando desta forma uma maior segurança na análise e evidenciação dos resultados apresentados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entre os autores que publicaram mais de um artigo, durante o período de 2007 a 2013, observou-se uma predominância dos autores filiados às universidades dos EUA, seguidos das universidades da Austrália, da Alemanha, da China, da Inglaterra e da Nova Zelândia. Essa predominância dos autores vinculados às universidades dos EUA pode ser uma consequência das repetidas discussões realizadas pela *Exchange Commission* (SEC) dos EUA para incorporar as IFRS no modelo de informação financeira dos EUA. Desde a formação do IASB em 2001, os líderes da SEC têm indicado que a escolha lógica para um conjunto único de normas de contabilidade aplicável globalmente são as IFRS emitidas pelo IASB. No entanto, na linha com as outras grandes economias, tal como o Japão, a Índia e a China, até junho de 2012, os EUA

ainda não tinham adotado as IFRS (Street, 2012). Muito embora, outro evento importante na história das IAS (antecessoras das IFRS) nos EUA, que ganhou proeminência durante o período da extrema instabilidade da informação financeira, em 2001-2002, foram as opiniões emergentes e de modo crescente apoiando as normas de contabilidade com base em princípios, ao invés das normas de contabilidade com base em regras, para o enfrentamento da crise da informação financeira em torno do mundo (Bhimani, 2008).

Do total das publicações pesquisadas, por ano, relativas aos 49 artigos que foram objeto de estudo deste ensaio, distribuídos entre os anos 2007 a 2013 verificou-se um crescimento substancial das publicações durante o período de 2009 a 2013, sendo esse crescimento um possível efeito do desdobramento da decisão do Parlamento Europeu (2002), através do Regulamento (CE) N.º 1606, que obrigou todas as companhias registradas nas bolsas de valores dos Estados membros da Europa adotarem as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras, a partir de janeiro de 2005. Em razão desse evento, que teve grande repercussão nos mercados de capital e financeiro, houve um crescimento significativo de publicações que perfilham os determinantes e as consequências da decisão e da adoção das IFRS pelos países (Gassen & Sellhorn, 2006), a percepção do investidor da potencial adoção das IFRS nos EUA (Joos & Leung, 2013), se a adoção das IFRS melhora a comparabilidade das informações (Yip & Young, 2012), entre outros estudos.

No ranque das principais “revistas” com publicações relacionadas ao tema “adoção das IFRS” e a “qualidade da contabilidade”, a *Accounting Review* e a *Australian Accounting Review* ocupam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar, no ranque das publicações, cada uma representando similarmente 12,24% do total das publicações pesquisadas. A *Accounting Review* é um periódico publicado pela Associação de Contabilidade Americana, com um alcance que abrange qualquer assunto relacionado com a contabilidade e qualquer metodologia de pesquisa. A *Australian Accounting Review* (2014) justifica-se como um periódico proeminente da Austrália que proporciona discussão e análise crítica em profundidade sobre os desenvolvimentos que afetam os profissionais que trabalham em todas as áreas de finanças, contabilidade e negócios. Neste particular, os volumes mais recentes incluíram a cobertura de questões importantes na contabilidade, tais como a mudança da contabilidade no setor público, os padrões internacionais e independência do auditor. Na sequência da relação vem a *Accounting Horizons*, a *Accounting and Business Research*, a *Accounting and Finance*, a *Contemporary Accounting Research*, a *European Accounting Review*, a *Journal of Accounting Research*, a *Australian Journal of Management* e o *Journal of Accounting Economics*, representando, respectivamente, 10,20%, 8,16%, 6,12%, 6,12%, 6,12%, 6,12%, 4,08% e 4,08% do universo pesquisado. As demais revistas obtiveram individualmente um percentual aproximado de 2% do total dos artigos publicados.

O resultado final de 49 publicações obtido utilizando os critérios de seleção categorias da “Web of Science”, tipos de documento, áreas de pesquisa, e idioma em inglês está detalhado a seguir. Do total das publicações por categorias, 89,79% das publicações foram classificadas como *Business finance*, seguida por *Economics* (8,16%), *Management* (8,16%) e *Business* (6,12%). Dentre o total das publicações por tipos de documento, por área de pesquisa e por idioma, 100% das publicações foram artigos, da área *Negócios econômicos* e em inglês, respectivamente.

No ranque dos países com mais de duas publicações relacionadas à “adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade”, os EUA ocupa outra vez o primeiro lugar no ranque das publicações, desta vez com 30,61% do total das publicações. Anteriormente, apresentávamos o ranque dos autores de publicações filiados às universidades, onde os autores Hail, L e Leuz, C, ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, com 61,22% das publicações, ambos das universidades dos EUA. Em seguida aos EUA, a Austrália (18,37%), a China (14,29%), a

Inglaterra (12,25%), o Canadá (10,20%), a Alemanha (10,20%), a Nova Zelândia (10,20%), a Holanda (8,16%) e a França (4,08%) apresentam-se no ranque de total de publicações por país dentro do universo deste estudo.

5 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Este ensaio analisou sistematicamente a literatura sobre a “*adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade*”, a partir do modelo de Soderstrom e Sun (2007), condicionado a uma análise bibliométrica a partir do ano de 2006, concentrada na base de dados “*Web of Science*”. Como resultado, verificou-se na literatura que a adoção das IFRS vinculadas aos fatores normas de contabilidade, sistemas político e legal dos países e os incentivos das informações financeiras discutidos por Soderstrom e Sun (2007) para determinar a qualidade da contabilidade mantem-se persistentes.

Relativamente às normas de contabilidade, exceto a investigação de Chen *et al.* (2010) que afirma que a qualidade da contabilidade melhorada é atribuível as IFRS, as demais investigações reforçam o entendimento de que as normas (IFRS) não é uma condição suficiente para criar uma linguagem comum dos negócios (Jeanjean & Stolowy, 2008), embora elas tenham melhorado tanto a qualidade das informações financeiras como a comparabilidade dos relatórios financeiros (Horton, Serafeim, & Serafeim, 2013; Jiao *et al.*, 2012).

Relativamente aos sistemas político e legal dos países, a investigação de Peng e Bewley (2010) evidenciam que as controvérsias apresentadas na China resultantes das diferenças entre as IFRS e os GAAP/2007 da China ameaçam o sucesso dos benefícios desejados, pelos reguladores Chineses, de adotar as FVA e convergir as IFRS, o que pode não ser realizado. Joos e Leung (2013) encontram uma reação do mercado menos positiva para as empresas com riscos de litígio, o que é consistente com as preocupações dos investidores sobre a discricção maior e a orientação de implementação menor sob IFRS para essas empresas. No geral, os resultados são relevantes para o debate atual sobre a adoção das IFRS nos EUA e destacam a importância da convergência para os investidores.

No entanto, quando a literatura se reporta aos incentivos das informações financeiras que podem afetar a qualidade da contabilidade, os resultados são na maioria unânimes de que se faz necessário levar em consideração o contexto institucional que a empresa opera (Soderstrom & Sun, 2007). Como exemplo, tem-se a investigação de Florou e Pope (2012) que mostrou que as participações institucionais aumentadas estão concentradas nos países em que a execução e os incentivos das informações são mais fortes e onde as diferenças entre as IFRS e os GAAP locais são relativamente mais elevados. Yip e Young (2012) sugerem que tanto a convergência da contabilidade como as informações de qualidade maior sobre IFRS são os condutores prováveis tanto para a melhoria da comparabilidade como para a melhoria da comparabilidade, assim como a melhoria da comparabilidade é afetada pelo ambiente institucional do país. Essa realidade também foi constatada por Chen, Young, e Zhuang (2013).

No geral, esta análise conclui que a qualidade da contabilidade não pode ser avaliada apenas em função da adoção das IFRS, quer seja na forma voluntária, quer seja na forma obrigatória. Mais recentemente, Ahmed *et al.* (2013) também encontraram que a qualidade da contabilidade declinou após a adoção obrigatória das IFRS, ao contrário do que os estudos anteriores revelam, evidenciando um aumento na qualidade da contabilidade após a adoção das IFRS.

Ao final, nossos resultados apresentam pelos menos duas limitações. A primeira, os trabalhos pesquisados sobre adoção das IFRS, apesar de abordar as questões institucionais, não fazem jus à complexidade da realidade, eles são investigações que reduzem a qualidade do contexto social à qualidade da racionalidade econômica. A segunda, a pretensa qualidade das

normas com base em princípios não é o suficiente para determinar a qualidade da contabilidade. Essa limitação sugere a importância de pesquisa futura para investigar no Brasil, assim como foi investigado em Portugal, o processo de adoção das IFRS no contexto social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Ahmed, A. S., Neel, M., & Wang, D. (2013). Does Mandatory Adoption of IFRS Improve Accounting Quality? Preliminary Evidence. *Contemporary Accounting Research*, 30(No. 4), 1344-1372. doi: 10.1111/j.1911-3846.2012.01193.x
- Aljifri, K., & Khasharmeh, H. (2006). An investigation into the suitability of the international accounting standards to the United Arab Emirates environment. *International Business Review*, 15(5), 505-526. doi: 10.1016/j.ibusrev.2006.05.009
- Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A. D., & Riedl, E. J. (2010). Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. *Accounting Review*, 85(1), 31-61. doi: 10.2308/accr.2010.85.1.31
- Aubert, F., & Grudnitski, G. (2011). The Impact and Importance of Mandatory Adoption of International Financial Reporting Standards in Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 22(1), 1-26. doi: 10.1111/j.1467-646X.2010.01043.x
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research* 5-27.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., Lang, M., & Williams, C. (2012). Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? *Journal of Accounting & Economics*, 54(1), 68-93. doi: 10.1016/j.jacceco.2012.03.001
- Beneish, M. D., & Yohn, T. L. (2008). Information friction and investor home bias: A perspective on the effect of global IFRS adoption on the extent of equity home bias. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 433-443. doi: 10.1016/j.jaccpubpol.2008.09.001
- Bhimani, A. (2008). The role of a crisis in reshaping the role of accounting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 444-454. doi: 10.1016/j.jaccpubpol.2008.09.002
- Bissessur, S., & Hodgson, A. (2012). Stock market synchronicity - an alternative approach to assessing the information impact of Australian IFRS. *Accounting and Finance*, 52(1), 187-212. doi: 10.1111/j.1467-629X.2010.00388.x
- Brown, P. (2011). International Financial Reporting Standards: what are the benefits? *Accounting and Business Research*, 41(3), 269-285. doi: 10.1080/00014788.2011.569054
- Brown, P., & Tarca, A. (2007). Achieving high quality, comparable financial reporting: A review of independent enforcement bodies in Australia and the United Kingdom. *Abacus-a Journal of Accounting Finance and Business Studies*, 43(4), 438-473. doi: 10.1111/j.1467-6281.2007.00241.x
- Chalmers, K., Clinch, G., & Godfrey, J. M. (2011). Changes in value relevance of accounting information upon IFRS adoption: Evidence from Australia. *Australian Journal of Management*, 36(2), 151-173. doi: 10.1177/0312896211404571
- Chan, A. L. C., Hsu, A. W. H., & Lee, E. (2013). Does Mandatory IFRS Adoption Affect the Credit Ratings of Foreign Firms Cross-Listed in the US? *Accounting Horizons*, 27(3), 491-510. doi: 10.2308/acch-50483
- Chand, P., & Patel, C. (2008). Convergence and harmonization of accounting standards in the South Pacific region. *Advances in Accounting*, 24(1), 83-92. doi: 10.1016/j.adiac.2008.05.002

- Chen, Young, D., & Zhuang, Z. (2013). Externalities of Mandatory IFRS Adoption: Evidence from Cross-Border Spillover Effects of Financial Information on Investment Efficiency. *The Accounting Review*, 88(3), 881-914. doi: 10.2308/accr-50384
- Chen, H. F., Tang, Q. L., Jiang, Y. H., & Lin, Z. J. (2010). The Role of International Financial Reporting Standards in Accounting Quality: Evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 21(3), 220-278. doi: 10.1111/j.1467-646X.2010.01041.x
- Cohen, J. R., Krishnamoorthy, G., Peytcheva, M., & Wright, A. M. (2013). How Does the Strength of the Financial Regulatory Regime Influence Auditors' Judgments to Constrain Aggressive Reporting in a Principles-Based Versus Rules-Based Accounting Environment? *Accounting Horizons*, 27(3), 579-601. doi: 10.2308/acch-50502
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C., & Verdi, R. (2008). Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. *Journal of Accounting Research*, 46(5), 1085-1142. doi: 10.1111/j.1475-679X.2008.00306.x
- Dillard, J. F., Rigsby, J. T., & Goodman, C. (2004). The making and remaking of organization context: Duality and the institutionalization process. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 17(4), 506-542. doi: 10.1108/09513570410554542
- Florou, A., & Pope, P. F. (2012). Mandatory IFRS Adoption and Institutional Investment Decisions. *The Accounting Review*, 87(6), 1993-2025. doi: 10.2308/accr-50225
- Francis, J. R., Khurana, I. K., Martin, X., & Pereira, R. (2008). The role of firm-specific incentives and country factors in explaining voluntary IAS adoptions: Evidence from private firms. *European Accounting Review*, 17(2), 331-360. doi: 10.1080/09638180701819899
- Gassen, J., & Sellhorn, T. (2006). Applying IFRS in Germany - Determinants and consequences. *Betriebswirtschaftliche Forschung Und Praxis*, 58(4), 365-386.
- Gebhardt, G., & Novotny-Farkas, Z. (2011). Mandatory IFRS Adoption and Accounting Quality of European Banks. *Journal of Business Finance & Accounting*, 38(3-4), 289-333. doi: 10.1111/j.1468-5957.2011.02242.x
- Giddens, A. (2011). *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Guerreiro, M. A. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2011). *Essays on the Institutionalisation of a New Accounting Regime for Unlisted Companies in Portugal*. (Doutoramento), Universidade do Minho, Braga.
- Hamberg, M., Mavruk, T., & Sjogren, S. (2013). Investment allocation decisions, home bias and the mandatory IFRS adoption. *Journal of International Money and Finance*, 36, 107-130. doi: 10.1016/j.jimonfin.2013.04.001
- Horton, J., Serafeim, G., & Serafeim, I. (2013). Does Mandatory IFRS Adoption Improve the Information Environment? *Contemporary Accounting Research*, 30(1), 388-423. doi: 10.1111/j.1911-3846.2012.01159.x
- IASB. (2005). The history of international accounting standards board. <http://www.iasb.org/about/history.asp>. Retrieved March, 4, 2005.
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 480-494. doi: 10.1016/j.jaccpubpol.2008.09.008
- Jiao, T., Koning, M., Mertens, G., & Roosenboom, P. (2012). Mandatory IFRS adoption and its impact on analysts' forecasts. *International Review of Financial Analysis*, 21, 56-63. doi: 10.1016/j.irfa.2011.05.006
- Joos, P. P. M., & Leung, E. (2013). Investor Perceptions of Potential IFRS Adoption in the United States. *Accounting Review*, 88(2), 577-609. doi: 10.2308/accr-50338

- Kabir, M. H., Laswad, F., & Islam, M. A. (2010). Impact of IFRS in New Zealand on Accounts and Earnings Quality. *Australian Accounting Review*, 20(4), 343-357. doi: 10.1111/j.1835-2561.2010.00106.x
- Khurana, I. K., & Michas, P. N. (2011). Mandatory IFRS Adoption and the US Home Bias. *Accounting Horizons*, 25(4), 729-753. doi: 10.2308/acch-50075
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2009). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lopes, A. B. (2009). Normas internacionais de contabilidade. In J. F. R. Filho, J. Lopes & M. Pederneiras (Eds.), *Estudando teoria da contabilidade*. Atlas.
- Miller, P. (1994). Accounting as social and institutional practice: an introduction. In A. G. H. a. P. Miller (Ed.), *Accounting as Social and Institutional Practice*. Australia: British Library.
- Morais, A. I., & Curto, J. D. (2009). Mandatory Adoption of IASB Standards: Value Relevance and Country-Specific Factors. *Australian Accounting Review*, 19(2), 128-143. doi: 10.1111/j.1835-2561.2009.00051.x
- Parlamento Europeu. (2002). Regulamento (CE) N.º 1606/2002 - Relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Bruxelas: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:243:0001:000:pt:PDF>.
- Parsons, T. (1974). *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira.
- Peng, S. L., & Bewley, K. (2010). Adaptability to fair value accounting in an emerging economy A case study of China's IFRS convergence. *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 23(8), 982-1011. doi: 10.1108/09513571011092529
- Pope, P. F., & McLeay, S. J. (2011). The European IFRS experiment: objectives, research challenges and some early evidence. *Accounting and Business Research*, 41(3), 233-266. doi: 10.1080/00014788.2011.575002
- Saur-Amaral, I. (2010). *Revisão sistemática da literatura*. Lisboa: Bubok.
- Saur-Amaral, I. (2011). *Revisão sistemática da literatura com Endnote X4*. Lisboa: Bubok.
- Sidney, T. U. o. (2014). *Australian Accounting Review*. Retrieved 22 de fevereiro, 2014
- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: A review. *European Accounting Review*, 16(4), 675-702. doi: 10.1080/09638180701706732
- Street, D. L. (2012). IFRS in the United States: If, When and How. *Australian Accounting Review*, 22(3), 257-274. doi: 10.1111/j.1835-2561.2012.00183.x
- Sun, J., Cahan, S. F., & Emanuel, D. (2011). How Would the Mandatory Adoption of IFRS Affect the Earnings Quality of U. S. Firms? Evidence from Cross-Listed Firms in the US. *Accounting Horizons*, 25(4), 837-860. doi: 10.2308/acch-50049
- Yip, R. W. Y., & Young, D. Q. (2012). Does Mandatory IFRS Adoption Improve Information Comparability? *Accounting Review*, 87(5), 1767-1789. doi: 10.2308/accr-50192
- Zhang, Y. Y., Uchida, K., & Bu, H. (2013). How do accounting standards and insiders' incentives affect earnings management? Evidence from China. *Emerging Markets Review*, 16, 78-99. doi: 10.1016/j.ememar.2013.04.002

ⁱ IAS 39 – Normas Internacionais de Contabilidade para os Instrumentos Financeiros. No Brasil, a IAS 39 foi regulamentada pelas Resoluções 1.196 e 1.197, ambas do ano de 2009.

ⁱⁱ De acordo com Lopes (2009), no direito consuetudinário ou *common law* a origem da regulamentação está mais ligada aos costumes e tradições, enquanto no direito romano ou *code law* as normas emanam do texto legal. Isto é, para que algo tenha valor é necessário que haja uma menção clara e específica na lei.

ⁱⁱⁱ É um banco de dados de citações importante e confiável mundialmente. O seu conteúdo multidisciplinar abrange mais de 12 mil das maiores revistas de impacto em todo o mundo, incluindo revistas de acesso livre e mais de 150 mil procedimentos de conferências. Nessa base de dados, encontrar-se-á uma cobertura passada e presente em ciências, ciências sociais, artes e humanidades, a partir de 1900.